

SINDICAL

Se prepara el paro nacional para el próximo día 13 – La CGT

liderada por Moyano llamo a un paro para el día 13 y a una movilización al Congreso, que se realizará el día anterior a la huelga. "Llegamos al límite porque llevaron a nuestra economía a un estado vegetativo, donde no nos dejan vivir, ni tampoco nos dejan morir", dijo Moyano durante el plenario de la CGT disidente que se hizo ayer al mediodía en la sede de la Unión Tranviarios Automotor, donde se confirmó hacer el paro. Moyano anunció allí que el paro será "activo" y que cada gremio aportará la modalidad que crea conveniente.

El camionero hizo un llamado a la sociedad y en especial a los pequeños y medianos comerciantes, a los empresarios, a los profesionales y a los estudiantes. "Si no le quieren ver la cara a Moyano, no se la vean, pero vayan a la Plaza del Congreso a salvar a nuestra patria", dijo.

El titular de la UTA, Juan Manuel Palacios, ya adelantó que el día del paro **"no habrá colectivos** de pasajeros en la corta, media y larga distancia, ni tampoco funcionarán las cinco líneas de subterráneos".

En cuanto a la manifestación del miércoles, se reclamará la derogación de los superpoderes que le fueron otorgados por el Congreso al ministro Domingo Cavallo.

La CGT oficial no avala la idea de una marcha, por entender que la medida podría ser tildada de "política". Lo que no dicen públicamente es que temen que una concentración, con el cuadro actual, desemboque en episodios de violencia. (Clarín 07/12/2001)

La CTA se sumará al paro y hara la consulta popular-

La Central de Trabajadores Argentinos (CTA) decidió ayer, después de una reunión de la mesa directiva, sumarse a la huelga de 24 horas que realizarán las dos CGT el jueves próximo. La consigna de la CTA para ir al paro convocado por las dos centrales sindicales será: "Ni dolarización ni devaluación. Sí a una justa distribución de la riqueza".

En rigor, la movilización de protesta de la CTA comenzará el miércoles próximo cuando la Asociación de Trabajadores del Estado (ATE) de la Capital, que integra la central conducida por Víctor De Gennaro, realice un paro activo con cortes de calles, batucadas y papelazos en los edificios y reparticiones públicas. En la misma jornada, los estatales de ATE se movilizarán a partir de las 13 desde la Jefatura de Gabinete, en Diagonal Sur y Belgrano, hasta el Ministerio de Economía.

Por otra parte, la central conducida por De Gennaro propondrá hoy a las restantes organizaciones que integran el Frente Nacional contra la Pobreza postergar para un día después, es decir, el viernes 14, el comienzo de la consulta popular para impulsar un seguro de empleo de 380 pesos para jefes de familias desocupados. La consulta se iba a iniciar el mismo día de la huelga y estaba previsto extenderla hasta el lunes 17.

En este contexto, se efectuará un festival artístico en el Luna Park el martes próximo con el lema "Ningún hogar pobre en la Argentina". Actuarán, entre otros, Mercedes Sosa, Víctor Heredia y Pedro Aznar.

Respecto de la supuesta coincidencia de las dos CGT de convocar a un paro para el jueves próximo, justo el mismo día en que comenzará la consulta popular, no fueron pocos los dirigentes de la CTA que interpretaron en ello un intento por perjudicar la iniciativa del Frente contra la Pobreza. A pesar de que en el encuentro de la mesa directiva salieron a relucir las suspicacias y evidentes molestias, uno de los principales dirigentes de la CTA, consultado por LA NACION, aseguró que "el escenario será doblemente exitoso. Porque iremos al paro y después haremos la consulta, pero sin negociaciones con el Gobierno ni subterfugio alguno".

Por otro lado, durante una conferencia de prensa realizada anteayer por el Frente contra la Pobreza, se anunció públicamente que se distribuirán 20.000 urnas para la consulta popular a fin de impulsar el seguro de empleo. (La Nación, 08/12/01)

Lea en **Correo Sindical Mercosur** otras noticias sobre el tema -  **Embestida sindical contra Cavallo** (07/12) ;  **Las dos CGT llamaron a un paro;**  **Deciden suspender la concertación hasta que mejore el clima** (06/12/01)

CUT programa greve geral contra reforma da CLT - A Executiva Nacional da CUT passou os dois últimos dias reunida e decidiu programar para a primeira quinzena de março um dia de greve geral

En tanto, el jefe de la CGT oficial, Rodolfo Daer, dijo ayer que tanto el consejo directivo de la central sindical, que se reunirá pasado mañana, como el plenario de secretarios generales, que lo hará el martes, "ratificarán la huelga del jueves 13". (La Nación, 08/12/01)

nacional contra o projeto de reforma da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A mobilização deve coincidir com o calendário de votação do projeto no Senado Federal.

Segundo o presidente da CUT, João Felício, a reforma da CLT vai retirar direitos dos trabalhadores, como 13º salário, férias e licença-maternidade.

A greve deverá contar com o apoio de vários segmentos da sociedade, como pastorais católicas, movimentos urbanos de sem-teto, sem-terra, outras centrais sindicais e OAB. "Existe força para fazer uma greve geral. A indignação contra o projeto é muito maior do que o governo imagina. Já tem padrão colocando as mangueiras de fora", disse Felício.

Segundo ele, a CUT recebeu informações de que existem empresários programando contratações sem nenhum direito trabalhista, de olho na aprovação do projeto de flexibilização da CLT.

A CUT também fará um movimento no Dia Nacional das Mulheres. Felício disse que as mulheres da CUT estão indignadas com a aprovação do projeto, que coloca em risco o pagamento da licença-gestante. "Este benefício é o direito mais fundamental da mulher trabalhadora. A reforma da CLT pode acabar com ele." (Folha Online, 08/12/2001)

Flexibilização da CLT é aprovada em primeira instância - Depois de três adiamentos, o governo conseguiu aprovar ontem na Câmara o projeto que modifica a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Sindicalistas recebem ministro do Trabalho com socos e bandeiradas -

Um grupo de manifestantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores) que protestava contra a flexibilização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) tentou agredir o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, quando ele desembarcou ontem pela manhã no aeroporto de Brasília.

Assim como na semana passada, manifestantes da CUT foram cedo para o aeroporto pedir aos deputados que votassem contra a flexibilização da CLT.

Quando o ministro chegou, por volta das 11h, utilizou uma saída lateral do salão de desembarque, mas alguns manifestantes perceberam a sua presença e correram atrás dele. A PM (Polícia Militar) fez um cordão de isolamento ao redor do ministro, enquanto os manifestantes tentavam acertá-lo com socos e bandeiradas.

Como o carro oficial que aguardava o ministro teve todos os pneus esvaziados, Dornelles entrou em um táxi, que também foi cercado pelos manifestantes.

Segundo a CUT, cerca de 300 sindicalistas estiveram no aeroporto, mas, para a PM, o número não passou de 150.

O projeto será votado no Senado no próximo ano, provavelmente entre março e abril. Foram 264 votos a favor, 213 contrários e 2 abstenções. Certa da derrota, a oposição desistiu de todas as formas de obstrução, permitindo a votação no painel e retirando os requerimentos que poderiam atrasar a votação. O resultado da votação anulada de quarta-feira passada acabou favorecendo o governo. A larga vantagem de votos desmobilizou a oposição e motivou aliados a acompanhar a posição majoritária pró-governo.

Mesmo com o resultado, a oposição se disse vitoriosa porque a estratégia de obstrução evitou que o projeto fosse votado neste ano pelos senadores. Se o texto for alterado no Senado, voltará à Câmara para nova apreciação.

O projeto estabelece que as negociações coletivas prevaleçam sobre a legislação (leia quadro ao lado). Mas não podem contrariar a Constituição e as legislações previdenciária, tributária e do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Um acordo entre os partidos alterou o texto, permitindo que os sindicatos solicitem a participação das centrais sindicais, confederações ou federações na negociação. O governo defende o projeto argumentando que a proposta possibilitará a negociação de casos específicos e não retirará direitos dos trabalhadores. Permitirá ainda a manutenção e até geração de empregos, diz o governo.

As centrais sindicais se dividem. A Força Sindical e a SDS se posicionam favoráveis à proposta e avaliam que a mudança diminuirá a informalidade e, no médio prazo, estimulará novas contratações. A CUT e a CGT atacam o projeto e acham que ele retirará direitos dos trabalhadores. (FSP, 05/12/01)

Leia no **Correio Sindical Mercosul** outras notícias sobre o tema -  **CLT: patrões já pressionam, diz CUT;**  **Veja o que muda nos seus direitos com a nova CLT**

Paulinho diz que liberação de verbas para a Força é coincidência - O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, afirmou nesta quarta-feira que a liberação de R\$ 785 mil provenientes do Orçamento da União em 20 dias não tem relação com a aprovação da central à flexibilização das leis trabalhistas, aprovadas nesta terça-feira no plenário da Câmara.

Paulinho acredita que a data da liberação das verbas foi apenas coincidência e que se for analisado um período maior, ficará comprovado que tanto a Força quanto a CUT (Central Única dos Trabalhadores) receberam verbas do Orçamento.

Na edição desta quarta-feira, o jornal Correio Braziliense revela que somente na terça-feira da semana passada a Força recebeu R\$ 345 mil. Ainda de acordo com o jornal, no dia da aprovação do projeto cerca de R\$ 5 milhões foram liberados para emendas de deputados.

Os recursos do governo, liberados tanto para a Força Sindical como para a Central Única dos Trabalhadores (CUT) têm origem no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). (Diário do Grande ABC, 06/12/2001)

Alto acatamiento al paro y críticas al gobierno en La Teja – En el marco de un paro general parcial de 11 a 14 los trabajadores de Ancap Montevideo junto a organizaciones sociales, políticas y vecinos de la zona se concentrarán en la refinería de La Teja en defensa de esta empresa del estado.

“Las intenciones privatizadoras que impulsa el gobierno de coalición han determinado que la Federación Ancap (Fancap) iniciara una campaña de rechazo a las mismas, independientemente de dónde se planteen, ya que se ha llevado adelante una importante participación en la campaña de recolección de firmas a favor de un plebiscito que derogue los artículos 612 y 613 del presupuesto nacional. Artículos estos que apuntan a la privatización de “Antel”; indicaron voceros gremiales.

En este marco de medidas es que los trabajadores de Ancap, organizaciones sindicales, sociales deportivas, culturales y vecinos de La Teja llevarán adelante “un paro barrial” el próximo viernes entre las 11 y las 14. Los participantes, vecinos y trabajadores se concentrarán en Carlos María Ramírez y Simón Martínez. Desde ese lugar se marchará hasta la Plaza Lafone y luego se trasladarán hacia la planta industrial de Ancap de La Teja.

Una actividad de estas características es la primera que se hace desde que se recuperaron las instituciones democráticas en 1985 y los más viejos recordarán la concentración de 1973 cuando se produjo el golpe de estado. El barrio se concentró en la planta de La Teja en defensa de los trabajadores y de Ancap.

Hoy los organizadores de esta movilización plantean que al igual que en los paros generales resueltos por el PIT-CNT los comerciantes cierren sus puertas entre las 11 y las 14. también convocan a los pobladores del lugar a concurrir a la concentración y la marcha. Muchos de los cuales trabajaron en Ancap y hoy lo hacen, en algunos casos, sus familiares.

En la reunión de la Mesa Representativa del PIT-CNT del sábado pasado los delegados sindicales resolvieron apoyar y convocar a la marcha que se realizará en defensa de Ancap el próximo viernes. (La República 8/12/01) -Lea en **Correo Sindical Mercosur** otras notas sobre el tema -  **La Teja se moviliza hoy por trabajo y defensa de Ancap** (06/12/01);  **En forma simbólica la llama de Ancap dejó de flamear durante el acto de ayer** ;  **De Mello: "Blancos y colorados les sirven a quienes viven del lucro"** (08/12/01)

Campesinos repudian las “mentiras del Ejecutivo”- Según Flecha, el Estado emitió un decreto declarando en estado de emergencia el cultivo y prometiendo fondos para financiar los cuidados de las plantas, pero esto hasta el momento no ocurrió. Por otro lado, agregó que se prometió dinero del Tesoro para dar liquidez al Crédito Agrícola de Habilitación (CAH), pero luego se resolvió otorgar un crédito del Eximbank.

“Esto es un crédito, que va a reflejar un sobre costo para los créditos que serán entregados a los productores”, indicó por otro lado el presidente de la FNC.

Flecha criticó seguidamente al ministro Lino Morel, titular del Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG), de quien dijo que “se cree el superministro porque se toma atribuciones que no le corresponden”. El campesino cuestionó que hasta el momento solo semillas se entregaron a los campesinos y nada más para cuidar chacra. (ABC Color, 06/12/2001)

Salário recua 10,2% em um ano no ABC - A renda média do assalariado do ABC paulista (Grande São Paulo) caiu 10,2% em um ano, segundo pesquisa divulgada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos).

Em setembro do ano passado, o salário médio na região do ABC era de R\$ 933. A última pesquisa, realizada em outubro, mas que avalia os salários de setembro, aponta renda média de R\$ 838. Em relação a agosto, quando a renda média era de R\$ 867, a queda foi de 3,4%.

A pesquisa mostra que as mulheres foram as mais atingidas com a redução salarial na região do ABC. Houve queda de 4,1% no rendimento médio de agosto para setembro, enquanto os homens tiveram recuo de 1,6% na renda.

Em setembro, as mulheres recebiam em média R\$ 569, e os homens, R\$ 1.008.

Além da queda nos rendimentos, o Dieese constatou também aumento na taxa de desemprego. A taxa subiu de 16,8% para 17,7% de setembro para outubro. *(Folha de São Paulo, 08/12/01)*

Aerolíneas: los gremios amenazan con paros - A tres meses de la venta de Aerolíneas Argentinas, la relación entre los trabajadores y el grupo Marsans, nuevo dueño de la empresa, ingresó ayer en su primer punto de tensión: el gremio de los mecánicos, el más duro que tiene la compañía, hizo una presentación ante el Ministerio de Trabajo con una denuncia contra las nuevas condiciones laborales que propone la firma, que incluyen rebaja de viáticos, aumento de jornada laboral y límites a las horas extras. La iniciativa se suma a una medida idéntica tomada la semana última por la Asociación Argentina de Aeronavegantes (AAA), que conduce la ex azafata y diputada Alicia Castro.

Sin embargo, desde la empresa no mostraron preocupación por la actitud sindical. El programa de Marsans contempla, entre otros puntos, un aumento de las horas de trabajo (de 90 a 100 por mes para los vuelos internacionales, y de 70 a 90 en los de cabotaje), distintos topes a las horas extras según la rama, y una reducción de los vales de comida (de \$ 18 a \$ 8 para las azafatas, los técnicos y los pilotos en los vuelos de cabotaje). Este viático se dará sólo si se trata de recorridos entre las 12 y las 14 o entre las 21 y las 23. "Vamos a tener 5 días semanales de 9 horas diarias, y antes teníamos 8. Esto va a afectar la seguridad", subrayó Cirielli.

En rigor, la actitud de los sindicalistas aparece como un anticipo de los próximos recortes de sueldos que tiene previsto hacer la empresa, de entre el 13 y 25%, y que podrían comenzar el mes próximo. "Nosotros nos vamos a oponer a cualquier rebaja salarial, más allá de que prometen devolvernos el dinero en dos años", adelantó Ariel Basteiro, titular de la Asociación del Personal Aeronáutico (APA).

Los empleados se enteraron de los detalles del nuevo programa la semana última, cuando recibieron una carta de la empresa. *(La Nación, 07/12/01)*

Transbrasil paga salários e funcionários suspendem greve - A Transbrasil cumpriu a promessa feita ontem e depositou hoje 40% do valor dos salários de setembro e mais uma parcela de R\$ 400 na conta dos seus 2.100 funcionários. Em virtude do pagamento, os funcionários da Transbrasil - que entraram em greve ontem- resolveram voltar ao trabalho a partir das 12h de hoje.

Um pouco antes de retornar ao trabalho, os funcionários se reuniram em assembléia na entrada da Transbrasil, onde comeram lanches fornecidos pelo sindicato. "Salário é verba alimentícia. O lanche simboliza a situação dos trabalhadores, que já estavam até passando fome por conta dos salários atrasados", disse Bio. Pelos cálculos do sindicalista, a Transbrasil deve aos funcionários uma parte dos salários de setembro, 100% de outubro e a primeira parcela do 13º, que deveria ter sido depositada na sexta-feira. *(Folha Online, 06/12/01)*

Marcha el plebiscito - Más de 70 mil firmas en un solo día es, según los organizadores del plebiscito para impedir la privatización del Ancel, la demostración de que habrá referéndum. La mayoría de esa cantidad se recogió en el Interior.

En la jornada del pasado domingo 2 se recogieron 73.500 firmas, elevando la cantidad de adhesiones para convocar un referéndum, contra los artículos que habilitan la venta de Ancel y la reforma de la Carta Orgánica de Antel, a 473.500. *(La República 5/12/01)*.

MERCOSUL

Paso al costado del Mercosur y expectativa de crecimiento -

Bajo la amenaza regional, en especial ante un posible quiebre en Argentina, Uruguay se corta solo - en lo que puede- y, sin dejar de reivindicar a un Mercosur que "no está funcionando", se reserva el derecho de protegerse, de buscar acuerdos comerciales bilaterales y de interrumpir su participación en el proceso de convergencia arancelaria del bloque.

Este fue el anuncio realizado ayer por el ministro de Economía, Alberto Bensión, quien expuso junto al director de Planeamiento, Ariel Davrieux y al presidente del Banco Central, César Rodríguez Batlle en el tradicional foro de fin de año de la Asociación Cristiana de Dirigentes de Empresa. Los mensajes en materia de política cambiaria fueron más difusos. El equipo oficial reivindicó la flexibilización iniciada cuando se

amplió la banda a 6% y se aceleró la tasa de devaluación mensual, lo que permitió recuperar competitividad en varios mercados.

Quizá la mayor novedad de la jornada fue el cambio de política exterior anunciado por Bensión, que supone reconocer los retrocesos del bloque regional y una suerte de declaración unilateral de libertad de ataduras en materia de relacionamiento comercial bilateral y de adopción de salvaguardas ante los desequilibrios de los socios mayores del bloque.

El secretario de Estado invocó la "conducta impecable" que ha mantenido Uruguay en medio de todas estas dificultades. "Hemos sufrido los peores efectos de la situación económica de los vecinos sin interponer ninguna acción de represalia, ni hemos resistido públicamente esta situación, bajo la invocación fácil de nuestra pequeñez o de la asimetría en la región", subrayó.

Sin dejar de lado los compromisos asumidos por el país con el bloque e incluso reivindicándolo, dijo que Uruguay se toma "un tiempo para restañar nuestras heridas, que las tenemos y muchas".

Dijo que el gobierno quiere recobrar su libertad "para negociar con terceros países acuerdos comerciales de carácter bilateral a lo largo del año 2002" y juzga conveniente "detener, sin dismantelar, el proceso de convergencia hacia el Arancel Externo Común, que debería tener una nueva etapa de adecuación el próximo 1° de enero".

Bensión instó a los países del bloque a "tomar compromisos en el área cambiaria, con una suerte de combinación con el área tributaria". "Mientras tanto, y con independencia de la futura instrumentación de esta idea, sentimos que, de considerarlo necesario, nos hemos ganado el derecho a adoptar en el futuro medidas que nos permitan contrarrestar eventuales desvíos de importancia en los niveles recientes del tipo de cambio de nuestros vecinos", señaló. (*El Observador*, 08/12/01)

Botafogo Gonçalves recomenda ao Brasil ter "paciência estratégica" - O Embaixador José Botafogo Gonçalves, futuro representante do Brasil em Buenos Aires, defendeu o apoio do Brasil nos esforços de reestruturação da Argentina, a fim de se recriarem condições objetivas de retomada da coordenação macroeconômica no Mercosul, com vistas à criação de uma moeda comum do bloco.

Esta é uma das principais linhas de ação que pretende conduzir em sua gestão na Embaixada, conforme disse ontem, dia 04, ao ser sabatinado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado, que o aprovou por unanimidade para assumir o posto diplomático.

Segundo Botafogo, Brasil e Argentina devem seguir no projeto de integração nas áreas menos atingidas pela conjuntura recessiva, como energia, infra-estrutura de transportes e comunicações, ciência e tecnologia, meio ambiente. Ao mesmo tempo defendeu a criação de uma agenda positiva bilateral, de modo a integrar cadeias produtivas de ambos os países.

Lembrou que o Mercosul passa neste ano por uma "fase aguda de dificuldades conjunturais em três de seus sócios (Argentina, Uruguai e Paraguai)". Em tais circunstâncias, preconizou uma política comercial do Brasil com os sócios que reconheça a inevitabilidade de "dar o tempo ao tempo" à espera da retomada do crescimento dos parceiros, numa iniciativa qualificada por ele de "paciência estratégica".

"O Brasil tem que optar por uma política comercial com seus sócios que, sem abrir mão dos instrumentos essenciais de negociação, reconheça a inevitabilidade de dar tempo ao tempo na espera da retomada do crescimento econômico", defendeu Botafogo, até agora representante especial da Presidência da República para o Mercosul.

O Embaixador indicou como linha mestra da sua atuação à frente da embaixada o apoio à reestruturação econômica do país vizinho, com objetivo de restabelecer as condições para a retomada da coordenação macroeconômica dos dois parceiros e a criação da moeda comum do Mercosul. A Argentina deve ser objeto de tratamento privilegiado por parte do Brasil, já que o país vizinho responde por 90% das transações brasileiras no âmbito do Mercosul.

Aos senadores, Botafogo afirmou que não interessa ao Brasil um "divórcio" da Argentina, que representaria "perda líquida" para os dois lados. Nas inúmeras crises atravessadas pelo Mercosul nos últimos anos, o embaixador destacou-se como um dos principais defensores da manutenção do bloco regional. "Em conjunturas recessivas, os conflitos tendem a azedar o caldo de relações políticas. Não é interesse do Brasil que se chegue a este ponto". (*Valor Econômico*, 05/12/01) (*Global 21*, 06/12/01)

Crisis de sacoleiros debería dirimirse en tribunal del bloque - La Gazeta do Povo, uno de los diarios de gran circulación de Curitiba, estado de Paraná (Brasil) se hizo eco del V congreso sudamericano sobre derecho administrativo, realizado en Foz de Yguazú, en la que se habló profusamente del planteamiento paraguayo de crear un tribunal del Mercosur para la solución de controversias.

El diario publica una entrevista realizada al Dr. Luis Enrique Chase Plate, jurista de nuestro país y profesor de derecho administrativo y constitucional de la Universidad Nacional de Asunción (UNA), en la que refiere la posición del Paraguay con relación al Tribunal de Justicia del Mercosur.

El catedrático narró al diario brasileño que un grupo de alto nivel de los cuatro países ha venido estudiando el perfeccionamiento del sistema de solución de controversias en el Mercosur. Explicó que la creación de dicho tribunal es de gran importancia para el Paraguay, en razón de que sus demandas serán resueltas, no por los medios políticos que hoy rigen la materia, sino por métodos más cercanos al sistema judicial.

El tema fue debatido por 150 profesionales y académicos del derecho de América Latina. El Dr. Chase Plate integra un grupo creado el año pasado para estudiar el perfeccionamiento del sistema de solución de controversias del bloque regional.

La Gazeta do Povo destaca también que "para los paraguayos, el mayor rigor de la fiscalización de los sacoleiros, en Foz de Yguazú, es uno de los temas que podrían ser llevados al tribunal por afectar directamente a la economía de Ciudad del Este". El diario advierte que el Paraguay se encuentra articulando la creación del Tribunal Permanente para el Mercosur.

De acuerdo con la entrevista a Chase, actualmente los problemas jurídicos que afectan al Mercosur son resueltos por un tribunal provisorio. Durante los 11 años de creación del bloque, el tribunal se reunió apenas cuatro veces, hecho que demuestra la ineficiencia del sistema, según destacó. (ABC Color 08/12/2001)

ALCA, U E, OMC

Aprovado o 'fast track' nos EUA - Por diferença de apenas um voto, o presidente dos EUA, George W. Bush, obteve ontem a mais importante vitória legislativa desde a sua posse, em janeiro deste ano: a aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que o autoriza a negociar, sem a interferência do Congresso, acordos comerciais com outros países.

O projeto institui a TPA, sigla em inglês de "autoridade para promoção comercial" e permitirá ao governo americano negociar acordos comerciais, como o que pretende criar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), sem que no futuro possam ser alterados pelo Congresso americano.

O projeto, que deverá permitir que os EUA avancem as negociações de acordos como o da Alca, ainda precisa ser apreciado pelo Senado. "Agora que a Câmara agiu, eu imploro ao Senado que se mova rapidamente para me enviar o projeto da TPA para sanção", declarou Bush após a votação.

Mesmo sendo controlado pelo partido Democrata, de oposição ao governo, o Senado é considerado menos protecionista que a Câmara, o que deve facilitar a aprovação do projeto também naquela Casa. Ontem, o presidente da Comissão de Finanças do Senado, Max Baucus, prometeu acelerar a tramitação na próxima semana.

O maior obstáculo à aprovação vinha dos parlamentares identificados com a proteção dos trabalhadores americanos por meio da imposição de cláusulas trabalhistas e ambientais nos acordos comerciais. O projeto inclui essas cláusulas, mas não prevê a aplicação das sanções comerciais.

John Sweeney, presidente do AFL-CIO, o sindicato de trabalhadores mais forte do país, protestou: "A liderança da Câmara mascarou o 'fast track' de uma maneira patriótica para mostrar apoio à América. Uma forte maioria dos americanos se opõe à lei do 'fast track' e eles vão responsabilizar aqueles que votaram contra seus interesses". (Valor Econômico, 07/12/01)

As questões que mais complicam a relação com a América Latina - 1 – Legislação antidumping - O texto aprovado pelo Congresso exige "preservar a capacidade de os Estados Unidos colocarem em prática rigorosamente suas leis comerciais, inclusive as leis antidumping e de medidas compensatórias, e evitar acordos que reduzam a eficácia de disciplinas domésticas e internacionais sobre comércio injusto, especialmente dumping e subsídios".

2 – Propriedade Intelectual – o texto veta "transferência forçada de tecnologia", no capítulo que cuida de investimento estrangeiro.

3 – Agricultura - a TPA aprovada, na prática, veta negociações sobre agricultura, na medida em que impõe limitações para derrubar cada um dos três pilares em que se assenta o protecionismo agrícola.

Defende tanto os subsídios à exportação como o apoio interno ao produtor agrícola e veta a abertura do mercado. Segundo Clovis Rossi da FSP, a opinião de especialistas brasileiros, com a ressalva de que era uma primeira impressão, é a de que produtos que não tiveram suas tarifas reduzidas desde a Rodada Uruguai não podem ter a proteção diminuída agora. Para o Brasil é ainda pior pois há um veto específico e nominal para liberalizar açúcar e cítricos, que são, respectivamente, o terceiro e o quarto principais

produtos da pauta de exportação do agronegócio brasileiro. Respondem, juntos, por US\$ 3 bilhões em exportações. No caso da agricultura, o protecionismo fica ainda mais nítido pelo fato de que o Congresso exigiu "frequentes e intensas" consultas entre o Executivo e duas de suas comissões, antes do início de qualquer acordo que possa liberalizar a agricultura.

4. Investimentos Externos - Mais complicada ainda porque, no capítulo investimentos externos, o texto aprovado limita severamente a capacidade de os Estados nacionais imporem exigências ao capital externo. Para complicar ainda mais, o texto inova, ao introduzir o que se poderia chamar de "cláusula cambial". Apesar de não incluir cláusulas sociais e ambientais o texto, cobra que os países que façam acordos comerciais com os Estados Unidos "não falhem na aplicação efetiva de suas leis ambientais ou trabalhistas". (com base no artigo de Clovis Rossi - Folha de São Paulo, 08/12/01)

Cláusula cambial - O item da TPA que mais surpreendeu as autoridades brasileiras é a introdução de políticas cambiais em um texto que deveria tratar exclusivamente de comércio.

O mecanismo aprovado pelo Congresso determina que o Executivo busque "estabelecer um mecanismo consultivo para examinar as consequências comerciais de movimentos cambiais não-previstos e para analisar se um governo estrangeiro está engajado em um padrão de manipulação de sua moeda para promover uma vantagem competitiva artificial no comércio internacional".

Traduzindo: países que desvalorizam abruptamente suas moedas vêm, como é óbvio, suas exportações se tornarem mais baratas e, portanto, mais competitivas.

Se a regra estivesse em vigor para toda a América, o governo argentino teria, por exemplo, o direito de pedir um "mecanismo consultivo" com o Brasil quando o real foi subitamente desvalorizado, em 1999. (Folha de São Paulo, 08/12/2001)

ONGs afirmam que o Congresso se vendeu - As ONGs (organizações não-governamentais) que se opõem ao que consideram "globalização dominada pelas corporações multinacionais" não hesitaram ontem em acusar o Congresso norte-americano de se ter "vendido" na aprovação da TPA.

É o que diz, por exemplo, o Instituto para Estudos de Política: "Nunca saberemos quantos milhões de dólares em contribuições de campanha ou acordos sujos foram necessários para extrair uma vitória".

O instituto diz que até o secretário de Estado, Colin Powell, foi desviado do esforço de guerra para "tentar persuadir membros do Congresso com o ilusório argumento de que a TPA era necessária para lutar contra o terrorismo (agora que Bush tem a autorização, podemos esperar que Osama Bin Laden emerge de sua caverna com uma bandeira branca)?".

A irritação das ONGs com a TPA decorre da presunção de que ela facilitará acordos comerciais que, entre outros problemas, desrespeitarão o ambiente, os direitos trabalhistas e o direito de Estados nacionais imporem regras para investimentos externos.

Mas a análise dos ativistas não é a de quem enrola a bandeira e se dá por derrotado. "A estreita margem (com que foi aprovada a medida, 215 a 214 votos) solidificará a oposição a pactos comerciais futuros entre o público americano e congressistas críticos do status quo comercial", diz, por exemplo, Lori Wallach, diretora do "Observatório do Comércio", editado pela ONG "Public Citizen".

Lori diz que a polarização do debate, evidenciada pela diferença de apenas um voto, poderá provocar uma mudança na disposição do Congresso, que será parcialmente renovado em 2002.

Também o Instituto para Estudos Políticos diz que "há várias razões pelas quais esse voto (o que aprovou a TPA) é apenas um pequeno retrocesso na luta contra a globalização corporativa".

É evidente que o movimento de protesto contra esse tipo de globalização centrará fogo agora no Senado, na tentativa de impedir a aprovação do texto saído da Câmara. (Folha de São Paulo, 08/12/01)

Lula diz que a Alca "é um projeto de anexação que os EUA querem impor" - O presidente de honra do PT e pré-candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, criticou a proposta de criação da Alca no discurso de abertura do Fórum de São Paulo, na capital cubana. O fórum reúne, desde ontem e até sexta-feira, cerca de 300 delegados de partidos de esquerda latino-americanos. Lula lembrou que quando foi criado o fórum, há 11 anos, as privatizações eram proclamadas como a "salvação" e "hoje, tem-se a desfaçatez de dizer que a Alca será a solução".

Segundo ele, "É um projeto de anexação que os Estados Unidos querem impor. O PT se opõe à Alca porque será o fim da integração latino-americana." Ele citou um "recente estudo" que indica a existência de 50 milhões de pessoas incapazes de consumir as calorias necessárias para sua sobrevivência. Lula afirmou ainda que "nem o Brasil, nem a Argentina, têm planos de desenvolvimento para acabar com o desemprego e o analfabetismo". Segundo ele, Fernando Henrique e o colega argentino, Fernando de La

Rúa "trabalham subordinados ao FMI e seus objetivos são resolver os problemas financeiros, em vez de trabalhar contra a fome e a miséria".

Além do PT, o Brasil está representado em Cuba por PSB, PDT e PC do B. Na quinta-feria, Lula estará em Lima para uma reunião com o presidente do Peru, Alejandro Toledo, e na sexta-feira, encontra-se com o polêmico presidente venezuelano, Hugo Chávez, em Caracas. (FSP, 08/12/01)

EMPRESAS E SETORES

Dolarização argentina será o fim do Mercosul, acredita presidente da Fiesp - A dolarização da economia argentina tornaria inviável a manutenção do Mercosul e seria o fim do bloco. Essa é a opinião do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva. "O regime de convertibilidade já se foi", disse Piva, em relação às novas medidas econômicas da Argentina.

Ele teme a dolarização pois acredita que as relações comerciais entre o Brasil e a Argentina serão dificultadas. "Se houver mesmo uma dolarização, será o fim do Mercosul", insistiu.

Horácio Lafer Piva participou nesta segunda-feira (3) do seminário Cenário Internacional e Perspectivas para 2002, promovido pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), em São Paulo. (Global 21, 04/12/01)

Para empresários, comércio entre os países será ainda mais afetado

O pacote argentino para conter a evasão de moeda dos bancos e do país, editado no fim de semana, deverá deprimir ainda mais o fluxo comercial entre o Brasil e a Argentina, além propiciar a criação do mercado paralelo do dólar.

De janeiro a setembro, as vendas do Brasil para Argentina caíram 11% na comparação com o mesmo período do ano anterior. As exportações da Argentina para o Brasil, por sua vez recuaram 3,6%. O fluxo comercial nos nove primeiros meses deste ano é superavitário para a Argentina em US\$ 1 bilhão.

A avaliação, ainda preliminar, é de representantes de grupos de empresas brasileiras instaladas na Argentina. Ontem, o primeiro dia útil após as novas medidas, as companhias ficaram em compasso de espera, segundo Elói Rodrigues de Almeida, presidente do Grupo Brasil, que representa 190 empresas brasileiras instaladas na Argentina.

German Segré, diretor do Center Group, administradora dos negócios de 52 companhias brasileiras, de médio e pequeno portes, no país vizinho, explica que a redução do fluxo entre os dois países ocorrerá pelo receio, ainda maior por parte das empresas brasileiras, em vender para a Argentina e não receber por causa da retração econômica. E há tendência de que a fiscalização para remeter as divisas para o exterior se torne mais rígida na Argentina. Ele argumenta que, com a restrição na circulação de papel moeda, crescerá a predisposição para as empresas argentinas declararem valor inferior ao real nas vendas externas para escapar do aperto na liquidez. Na opinião de Segré, o impacto imediato das novas medidas é criação de um mercado paralelo para o dólar. Os argentinos, diz ele, não estão acostumados a usar diariamente cheque, muito menos cartão de crédito por causa do custo da operação e da exigências burocráticas. Por isso, o pacote deverá reduzir o número de transações e tem um caráter recessivo.

O turismo é outro setor que será afetado pelas novas medidas, que limitam a US\$ 1 mil o porte de dinheiro nas viagens ao exterior. Para o vice-presidente de Relações Internacionais da TAM, Rubel Thomas, ainda é cedo para avaliar o impacto no setor, embora ele acredite que a possibilidade de usar o cartão de crédito não reduza o fluxo de passageiros. Para este mês e o próximo, a TAM conta com 65% de ocupação nos seis vôos diários entre Brasil e Argentina. (Estado de São Paulo, 04/12/01)

Montadoras no Brasil poderão pagar multas por comprarem mais da Argentina do que vendem-

O futuro do Mercosul no setor automobilístico continua indefinido, e as empresas brasileiras estão revendo negócios para 2002 por causa da dificuldade de acordo com a Argentina. Montadoras como Ford, PSA Peugeot Citroën, Toyota e Scania são as mais prejudicadas por terem ultrapassado o limite de importação de veículos do país vizinho, enquanto suas exportações despencaram. Pela regra em vigor, empresas que ultrapassam o limite de 10% entre o valor exportado ou importado têm de pagar multa. Montadoras locais já acumulam débito de cerca de US\$ 67 milhões, segundo o Governo Federal. Até março, quando está previsto o acerto de contas da balança comercial entre os dois países, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) vai tentar convencer os argentinos a aumentarem o limite para 50%.

Se conseguir, poderá também livrar as associadas da multa, equivalente a 70% da Tarifa Externa Comum (TEC), hoje em 35%, cobrada de produtos de fora do Mercosul. O recolhimento deve ser feito pela Receita Federal.

As montadoras argentinas concordam com a mudança, mas é preciso o aval dos Governos dos dois países. O problema é que o Governo argentino está sem interlocutor para discutir o assunto. (*Global 21- 03/12/01*)

L'Oréal cierra su planta de Pilar y deja de fabricar en el país- L'Oréal se sumó a la cada vez más larga lista de empresas que dejan de producir en la Argentina. La firma de origen francés anunció ayer que en junio del año próximo cerrará su única planta en el país, ubicada en la localidad de Pilar. La medida implica el despido de 160 de los 600 empleados que tiene L'Oréal en la Argentina.

En la empresa informaron que la decisión de dejar de fabricar en la Argentina no se debe a la crisis económica por la que atraviesa el país, sino a una estrategia a nivel internacional de L'Oréal de concentrar la producción en pocas plantas.

La planta que en seis meses dejará de operar tiene una capacidad de producción de 32 millones de unidades anuales, mientras que en los nuevos parámetros que se está manejando L'Oréal, cada unidad industrial debe estar en condiciones de fabricar cerca del triple de productos.

A partir de marzo la planta de Pilar comenzará a dejar de fabricar algunas líneas de productos, aunque su desactivación final sólo se concretará en junio de 2002. Según el ejecutivo, los empleados que quedarán en la calle recibirán en promedio una indemnización 20% superior que lo que indica la ley y gozarán de la cobertura social por un período extra de seis meses. En la actualidad, la fábrica de Pilar abastece el 60% de los productos que comercializa L'Oréal en el país. El resto se importa desde las filiales que tiene la empresa en Europa, Estados Unidos, México y Brasil.

L'Oréal llegó al país en 1953 y nueve años después comenzó a fabricar en la Argentina. Hoy pelea el liderazgo en cosméticos y artículos de tocador y perfumería, compitiendo con otras multinacionales como Wella, la norteamericana Procter & Gamble, la anglo-holandesa Unilever y la argentina Capilatis. L'Oréal facturó 137 millones de dólares en 2000 y perdió 1,8 millón. A nivel local, la firma participa con cuatro líneas de artículos: productos de salón (que se destinan a peluquerías, como las líneas L'Oréal Profesional y Kerastase), productos masivos (maquillaje, esmalte para uñas y cosmética en general), perfumería y belleza y una gama de productos de lujo, con las marcas Cacharel, Paloma Picasso, Lancôme y Helena Rubinstein, entre otras.

A pesar del cierre de la planta de Pilar, en la compañía planean seguir creciendo en el mercado local mediante el lanzamiento de nuevas marcas. "Para 2002 tenemos confirmado el comienzo de la importación de la línea de cosmética Matrix, que estará ubicada en una franja inferior de precios que L'Oréal", señaló González. (*La nación, 06/11/01*)

Gerdau amplia participação na Açominas, tradicional exportadora para a Ásia -

O Grupo Gerdau anunciou a ampliação de sua participação societária na Açominas a partir da oferta em leilão de R\$ 426,55 milhões por 17,67% do seu capital social. A oferta pelas 10.442.438 ações da siderúrgica de Ouro Branco pertencentes à Agropecuária Senhor do Bonfim, empresa controlada pelo Banco Econômico, foi realizada, ontem, dia 07/12, pela subsidiária Gerdau Participações Ltda. durante leilão promovido pelo Banco Central do Brasil em São Paulo.

Com este investimento, o Grupo Gerdau confirma a posição de maior acionista individual, assegurando, até o final do período de preferência, 45,90% de participação societária no bloco de controle, que integra 72% das ações da Açominas. A usina, com uma capacidade instalada de três milhões de toneladas de aço líquido, é uma tradicional exportadora para a Ásia e possui um dos custos de produção mais baixos do mundo. Possui localização estratégica pela sua proximidade com as matérias-primas e conquistou posição entre as empresas lucrativas e com alta produtividade no setor siderúrgico nos últimos anos.

Há menos de um mês, o Grupo Gerdau avançou no seu processo de internacionalização ao firmar um compromisso de compra dos ativos operacionais da usina siderúrgica norte-americana Birmingham Southeast, localizada em Cartersville, no estado da Georgia. O negócio será concluído até o final deste ano e está sendo realizado pela subsidiária do Grupo Gerdau nos Estados Unidos, a AmeriSteel, segunda maior produtora de vergalhões e terceira em barras e perfis no país. A unidade de Cartersville, quinta usina do Grupo nos Estados Unidos, produz 400 mil toneladas de aço e de laminados por ano e atende aos setores da construção civil e da indústria da região sudeste do país. (*Global 21, 07/12/01*)

Notas e Correspondencias.

IIº CONGRESO NACIONAL DE FeTERA - Mar del Plata, 8 y 9 de diciembre de 2001 - *Recuperar la Energía para el Pueblo y los Trabajadores por un país con Trabajo y Producción*

Invitación

En mi carácter de Secretario General de la FeTERA - CTA quiero invitarlo al acto de apertura del Segundo Congreso Nacional de nuestra organización que se realizará el día sábado 8 de diciembre en la sede de Luz y Fuerza Mar del Plata, sita en 25 de mayo 4115.

En este acto que se realizará a las 11 horas plantearemos los lineamientos generales que movilizarán el debate de los trabajadores energéticos a lo largo del Congreso.

Allí los trabajadores que realizan sus tareas en la producción distribución y comercialización del carbón, de la energía nuclear, del gas, del agua, de la electricidad y de la química y petroquímica debatirán problemáticas tales como:

- Tarifa Social.
- Articulación de los trabajadores con usuarios, universidad, pequeños y medianos empresarios y gobiernos.
- La propuesta del Frente Nacional contra la pobreza.
- Empresas privatizadas, estatales y cooperativas.
- Las relaciones internacionales.
- El Derecho a la Energía.
- Proyecto energético alternativo.
- Defensa de la Cuenca Carbonífera del Río Turbio, de la Central 9 de Julio, de Epec. Destilería patagónica en Chubut y Santa Cruz.

Mar del Plata, miércoles 21 de noviembre de 2001.

José Rigane.

Sec. General